

	ATA DE REUNIÃO	Data: 25/04/2017
--	-----------------------	---------------------

Local (videoconferência): ABRACE (Brasília/DF), EPE (Rio de Janeiro/RJ).	Horário: 14:00-18:00 h
---	-------------------------------

Tema: Reunião do subcomitê 02 - transporte e estocagem

Participantes:
ABIAPE: Daniel de Pina ABIQUIM: Guilherme Rodrigues, Luiz Pedro Biazoto ABRACE: Camila Schoti, Teresa Melo ANACE: Mariana Amim ANP: Mário Confort, Jorge Dias Junior EPE: Gabriel Costa IBP: Jean-Marie Gauthey (Engie) MME: Aldo Junior, Fernando Matsumoto MPDG: Cláudio Navarro, Ernani Kuhn Petrobras: Max Junqueira TBG: Robson Coelho

Registros:
<ol style="list-style-type: none"> 1. Primeiramente, foi definido que a pauta da reunião seria a discussão das contribuições às minutas de Projeto de Lei (PL) que foram propostas, tendo sido iniciadas essas discussões a partir da "Proposta (1) Com criação de novo Agente Gestor Independente do Sistema (GIS)". Não houve tempo hábil na reunião para debate das contribuições à "Proposta (2) Sem criação do GIS, com Transportadores Independentes – por UO*, ISO* ou ITO* – atuando sob regras de coordenação (Virtual-ISO)", que ficará para a outra reunião. 2. Ficou acertado também que, em uma próxima reunião, seriam tratados temas específicos, como: <ol style="list-style-type: none"> a. análise das vantagens e desvantagens dos dois modelos de coordenação que foram propostos para o Sistema Integrado de Transporte de Gás Natural – STGN (Propostas (1) e (2)); b. detalhamento das atribuições específicas dentro de cada modelo, por exemplo os procedimentos de faturamento, a definição dos produtos de capacidade de transporte a serem ofertados, e a oferta dos produtos em si; c. avaliação das minutas (Propostas (1) e (2)) considerando as contribuições dos agentes. 3. De forma geral, a ANP recomendou a uniformização dos termos no texto do PL, especialmente do termo "carregadores".

4. Foi sugerida uma avaliação acerca dos dispositivos legais e infralegais atuais sobre procedimentos de reserva de capacidade impedirem ou não o estabelecimento da **reserva de capacidade de transporte por entradas e saídas**.
5. Foi solicitada a correção do PL para incluir trecho indicando que o Gestor Independente do Sistema - GIS ou o *Virtual-ISO* **irão atuar disciplinados por códigos de rede** a serem estabelecidos pela ANP com contribuição dos diversos agentes do setor.
6. No caso do item que estabelece ao GIS a manutenção dos ativos, manifestou-se a preocupação em se entender que esse agente seria diretamente responsável pela efetiva manutenção das instalações, o que é mais facilmente realizável pelas próprias transportadoras. Assim sendo, esclareceu-se que o importante é **conciliar e adequar as programações de manutenção** dos ativos dos transportadores de forma a se evitar interrupções no abastecimento, por exemplo.
7. Sobre as atribuições do GIS, foi informado que o Subcomitê 4 levantou a necessidade de **definição de hub virtual**. O subcomitê 2 trabalha em conjunto com o Subcomitê 4 para propor definição. Isto será apontado como um ponto de contato com o Subcomitê 4.
8. Foi observado que uma das possibilidades levantadas pelo Subcomitê 4 em relação ao **órgão que irá gerir a comercialização de gás natural** foi a de ser o mesmo órgão que irá gerir o sistema de transporte de gás natural, ou seja, o GIS. Neste caso, será avaliado se as atribuições de ambos podem ser consolidadas no âmbito da Proposta (1), referente à criação do GIS. Isto será apontado como um ponto de contato com o Subcomitê 4 e, caso seja decidido no âmbito do CT-GN por essa atribuição adicional, ela poderá ser incorporada.
9. O IBP recomendou que seja definido de antemão quem será o **agente responsável por atribuições específicas** como os procedimentos de faturamento, a definição dos produtos de capacidade de transporte a serem ofertados, e a oferta dos produtos em si. Ficou definido que este tema será discutido na reunião de 02/05.
10. Quanto ao trecho que trata do cálculo das tarifas de transporte, a ABIQUIM sugeriu que seja endereçada também a **transparência nos critérios de cálculo das receitas requeridas** pelas transportadoras, considerando aspectos relacionados à ociosidade da malha e a custos ineficientes na construção dos dutos.
11. Foi apontado também que deve ser avaliada a **compatibilização dos diversos artigos que tratam de "tarifa" e de "receita"**, permitindo ao mesmo tempo que haja segurança jurídica para os transportadores e possibilidade de reavaliação dos valores pagos pelos carregadores.
12. A Petrobras apontou que devem ser analisadas a definição e os critérios aplicáveis para

avaliação da capacidade ociosa de transporte de gás natural no STGN, ao invés de gasodutos individuais.

13. A TBG sugeriu que sejam **incluídas as atividades de escoamento e processamento** de gás natural dentre as atividades que as transportadoras de gás natural podem realizar, uma vez que já encontram-se neste item a estocagem de gás natural e a regaseificação de GNL. A ANP destacou que, embora não tenha posição definida contra ou a favor dessa sugestão, não houve debates prévios ao longo do SC2 sobre a implicação de se acrescentar essas instalações ao rol de atividades permitidas ao transportador, não sendo possível avaliar os prós e contras. Especialmente, no SC2, não houve debate a respeito dessas categorias de instalações – dutos de escoamento e unidades de processamento – o que leva à necessidade de um ponto de contato com o Subcomitê 1 (SC1).
14. O MME sugeriu, acerca dos **procedimentos de outorga de gasodutos de transporte**, que as atribuições do MME e da ANP sejam melhor definidas em cada um dos modelos: autorização e concessão. Sugeriu ainda que sejam melhor definidas as situações onde cada modelo de outorga será aplicado.
15. Em relação à minuta de estocagem e acondicionamento, foi levantada uma dúvida pela ABIQUIM relativa ao dispositivo que exclui da categoria de acondicionamento o enchimento de gasoduto, bem como o aumento ou rebaixamento de pressão. A ANP esclareceu que essas operações, às vezes denominadas line-packing, já constam na legislação vigente (mais especificamente, o parágrafo único do art. 59 do Decreto nº 7.382/2010) e foi meramente incluída no PL de estocagem, inclusive para deixar claro que tais operações rotineiras não demandariam autorizações prévias. A ANP esclareceu ainda que a parte de acondicionamento do PL de estocagem & acondicionamento foi redigida de forma a não ter nenhuma interferência nos debates do SC1 relativos a acesso aos terminais de GNL e outras instalações.
16. A ANP observou que a minuta de PL de estocagem define **diretrizes para a realização da licitação**, nos moldes do que é feito na Lei do Petróleo, para que este processo tenha maior robustez jurídica, ao mesmo tempo que exclui a menção à Lei 8.666/1993 (Lei Geral das Licitações), cujos procedimentos licitatórios não são compatíveis com o exercício/concessão da estocagem.
17. Foi informado que **será retirado o Artigo 10º do PL apresentado**, que trata da revogação de trechos da Lei do Petróleo que tratam de acondicionamento e estocagem.

Decisões:

1. A ANP irá receber contribuições sobre a proposta de minuta de lei acerca do “*Virtual-ISO*” (Proposta (2)) para debate na próxima reunião.
2. As contribuições às minutas de alteração legal serão compiladas e enviadas aos participantes no dia 27/04.
3. Será feita uma nova reunião no dia 02/05 para a discussão de pontos específicos.

Anexos:

1. Lista de presença de Brasília/DF (ABRACE).
2. Lista de presença do Rio de Janeiro/RJ (EPE).

Horário: 14h – 18h

Local: ABRACE - SBN – Quadra 01, Bloco B, nº 145, salas 701/702

[illegible]



LISTA DE PRESENÇA
(Gás para Crescer – Subcomitê 2: transporte e estocagem)
Data: 25 de abril de 2017 SALA 10.8

6